

Desenvolvimento e dependência de uma polêmica

Lidiane Soares Rodrigues*

RESUMO: Este estudo faz parte de uma pesquisa mais ampla que pretende reconstituir o debate estabelecido entre um grupo de cientistas sociais, opositoristas do regime militar, de meados dos anos setenta até o início dos anos oitenta. Nesta pesquisa, as intervenções de Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Francisco Weffort no que tange à democracia – suas possibilidades e limites, articulados ao problema da modernidade nacional – constituem nosso principal objeto de análise. Para a realização desse propósito, o exame das filiações teóricas, dos encaminhamentos interpretativos e do itinerário institucional, de cada um dos autores, constitui um exercício estratégico. No interior desse escopo, propõe-se então a apresentação que segue, acerca de *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, de Enzo Faletto e Fernando Henrique Cardoso, que completa quarenta anos de sua primeira edição no Brasil. O objetivo dessa exposição consiste em expor as idéias centrais do livro, as principais polêmicas estabelecidas em torno do mesmo, e aventar antecedentes e desdobramentos delas na no itinerário intelectual de Fernando Henrique Cardoso.

Palavras-chave: Intelectuais, Instituições, Teoria da dependência.

ABSTRACT: This study is part of a wider research which has the intention of reconstitute the debate established among a group of social scientists, who were against the military regime from the seventies until the early eighties. In this research, the interventions of Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso and Francisco Weffort referred to democracy - its possibilities and limits, articulating the problem of national modernity – constitute our main object of analysis. For making this proposition, the analysis of the authors' filiations on theories, interpretative directions and their institutional itinerary constitutes is a strategic exercise. Inside this purpose, it is proposed the following presentation about *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* (Dependence and Development in Latin America), by Enzo Faletto and Fernando Henrique Cardoso – which completes forty years of its first edition in Brazil. The aim of this exposition consists on presenting the main ideas from the book, the most important polemic ideas established about it, and suggest possible developments from them on the later production of Fernando Henrique Cardoso.

Key-words:

* Doutoranda. Departamento de História – USP. Bolsista Capes.

Dependência e desenvolvimento na América Latina foi escrito em parceria com Enzo Faletto entre 1966 e 1967, no âmbito do Instituto Latino Americano de Planejamento Econômico e Social (Ilpes), órgão fundado por Raúl Prebisch, e ligado à Comissão Econômica para América Latina (Cepal), da qual também o economista argentino havia sido mentor intelectual.¹ A Cepal era uma instituição ligada à Organização das Nações Unidas (ONU) e destinada a elaborar programas de desenvolvimento para as economias latino-americanas.² Fernando Henrique Cardoso havia saído do Brasil por ocasião do golpe militar em 1964, trabalhou na Cepal e com Alain Touraine, na França, no Centro de Investigação em Sociologia do Trabalho. Retornaria para o concurso da Cátedra de Política em 1968 e, sendo aprovado, logo seria aposentado compulsoriamente. Sua estada no Chile seria decisiva para a produção de uma das obras de maior impacto em sua carreira, envolvendo-o em muitos debates, opondo-o a outras vertentes interpretativas da ‘dependência’ e contribuindo para sedimentar com prestígio seu nome entre os pares.

A exposição a seguir está dividida em três momentos: apresentamos algumas idéias e impasses constitutivos do livro, indicamos as intervenções principais que fomentaram as polêmicas em torno do mesmo e, finalmente, apresentamos a hipótese relativa ao itinerário do autor – *o desenvolvimento da dependência de polêmicas teóricas esvaziadas de conteúdo interpretativo*.³

**

Fixemos as idéias centrais do livro em tela. *Dependência e desenvolvimento* é composto por um prefácio dos próprios autores, seis capítulos e uma seção final de conclusões. Os capítulos são os seguintes: Introdução; Análise integrada do desenvolvimento; As situações fundamentais no período de “expansão para fora”; Desenvolvimento e mudança social no momento da transição; Nacionalismo e populismo: forças sociais e política desenvolvimentista na fase de consolidação do mercado interno; A internacionalização do

¹ Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, *Dependência e desenvolvimento na América Latina. Ensaio de interpretação sociológica*. [1970]. Rio de Janeiro: LTC, 7ª ed., s/d. A partir de agora, no corpo do texto e nas notas, simplesmente, *Dependência e desenvolvimento*.

² Ricardo Bielschowsky. “Cinqüenta anos de pensamento na Cepal – uma resenha”. In. (org.) *Cinqüenta anos de Cepal*. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2000. (vol. 1).

³ Emir Sader sugere que o marxismo de Fernando Henrique Cardoso seja mais para polêmicas do que para a incorporação em suas interpretações – a propósito do debate estabelecido com José Nun. Como se anunciou anteriormente, este trabalho é parte de pesquisa mais ampla, e nela, esta sugestão é exhaustivamente explorada, na investigação que empreendemos de seus escritos “teórico-metodológicos” ligados ao campo do marxismo. Nosso exame indica, porém, que este traço é definidor de muitos outros conjuntos de textos, inclusive os estritamente políticos. No que diz respeito ao que se apresenta aqui, trata-se, de um deslocamento da sugestão de Emir Sader, acrescido da análise dos textos. Ver: “Nós que amávamos tanto O capital”. In.: *Praga, revista de estudos marxistas*, n. 1, st.dez., 1996.

mercado: o novo caráter da dependência. O livro pode, entretanto, ser dividido em duas partes. A primeira, que vai da abertura ao segundo capítulo, e a segunda, que vai do terceiro à conclusão.

Na primeira, os autores procuram defender uma “análise integrada do desenvolvimento”. Na seguinte, acompanham os passos da periodização cepalina – “expansão para fora”, “momento de transição”, “consolidação do mercado interno”, “internacionalização do mercado” – e procuram executar o estilo de análise que propuseram.

Nesta segunda parte, algumas noções jogam papel relevante na arquitetura do livro. Por exemplo, as duas situações fundamentais no período de “expansão para fora”: as economias com “controle nacional do sistema produtivo” e as “economias de enclave”. Com efeito, no período de transição para o chamado “desenvolvimento para dentro”, esse critério cinde em dois grupos os países. Por isso, ao tratarem, no quarto capítulo, do “Desenvolvimento e mudança social no período de transição”, contemplam os casos argentino, brasileiro, uruguaio, colombiano de um lado; e os casos mexicano, venezuelano, boliviano, chileno, peruano e da região central, em outro grupo.⁴

Tendo definido as situações fundamentais no período de “expansão para fora”, e enquadrado os países nelas, no período de transição para o “crescimento para dentro”, tratam então da consolidação do mercado interno, e de suas relações com o populismo enquanto força social. O livro encerra com uma caracterização do presente em curso, que os autores

⁴ Nenhum estudioso passa incólume à maneira como estrutura um livro. A forma de investigação e a forma de apresentação – mote de tantos debates entre os comentaristas de *O Capital* – podem tanto ocultar como revelar uma à outra, mas é indubitável que a maneira como um problema se apresenta diz muito acerca da maneira como ele foi formulado e encaminhado. Em *Desenvolvimento e dependência*, as duas “situações” – de enclave e de controle nacional – servem de balizas para dividir os países, quando tratam da relação entre desenvolvimento e mudança social na passagem da “expansão para fora” ao “crescimento para dentro”. Dessa maneira, os do grupo com controle nacional assim se caracterizam: a Argentina, “A Incorporação dos Setores Médios à Hegemonia da Burguesia Exportadora”; no Brasil, “A incorporação dos setores médios tradicionais e a crise da dominação oligárquico-burguesa”, no Uruguai, “A incorporação da classe média à aliança de poder”; na Colômbia, “O predomínio oligárquico e a debilidade da classe média” – e uma seção final: “Crise econômica, crise política e industrialização”. E o segundo grupo, de “economias de enclave”: “A incorporação da classe média pelo enfraquecimento do predomínio oligárquico”, em México, Bolívia, Venezuela; “O acesso da classe média à dominação oligárquico-burguesa” em Chile, Peru; “A classe média frente aos latifundiários e ao enclave” na América Central – com uma seção final: “Classe média, industrialização e política”. Há três indagações que a pretensão teórica – animadora do próprio livro – pode propor diante desse esquema de apresentação e interpretativo. Em primeiro lugar: qual a concepção de mudança social, e de relação entre política e sociedade, que autoriza vincular a mudança social às duas situações fundamentais (enclave e controle nacional)? Em segundo lugar: o enquadramento é empírico ou teórico? As “situações” são categorias explicativas ou descritivas? Em suma: explicam ou precisam ser explicadas? Tanto num quanto noutro caso, resta ainda perguntar: a multiplicação de “casos” serve de base para ou impede a elaboração de uma teoria do desenvolvimento periférico? Se, nos dois casos – enclave ou controle nacional – os analistas se detiverem nas viragens de grupos no interior das estruturas do Estado, condicionados em última análise por movimentos imprevisíveis e imprevisíveis do crescimento da economia, e cada uma delas resultar em tantos casos quantos países houver na América Latina – é cabível perguntar se isso não significaria o abandono do próprio projeto teórico que animou a fundação da Cepal, e mesmo a Sociologia de Florestan Fernandes – orientações das quais é e busca manter-se como herdeiro o autor.

denominam como “internacionalização do mercado” imbricado com “um novo caráter da dependência” – a ser qualificado como interdependência, na medida em que o domínio dos influxos externos estão também sob possíveis condicionamentos dos contextos nacionais a que se dirigem. É preciso pedir licença para a longa citação, porém, na pena dos autores, alguns aspectos do livro podem ficar evidentes e serão úteis em remetências seguintes. Na seção conclusiva afirmam:

“Já não são os interesses exportadores que subordinam os interesses solidários com o mercado interno, nem os interesses rurais que se opõem aos urbanos como expressão de um tipo de dominação econômica. Ao contrário, a especificidade da situação atual da dependência está em que os ‘interesses externos’ radicam cada vez mais no setor de produção para o mercado interno (...) e, conseqüentemente, se alicerçam em alianças políticas que encontram apoio nas populações urbanas.”

“Descrevemos também como os grandes temas da política do período correspondente à tentativa de formação e fortalecimento do mercado interno e da economia nacional – o populismo e o nacionalismo – foram perdendo substância e redefinido-se em função do novo caráter da dependência. (...) procuramos verificar até que ponto, apesar das transformações assinaladas, seria possível manter a idéia de dependência ou, ao contrário, dever-se-ia substituí-la pela de interdependência. Nesse passo, outra vez a especificidade da situação estrutural foi analisada juntamente com a situação política. Mostrou-se que os interesses de poder e as alianças para garantir a hegemonia de grupos e facções de classe, internos e externos, têm que ser levados em consideração para explicar as situações de dominação, pois estas não são um simples resultado iniludível do grau de diferenciação alcançado pelo sistema econômico. Por certo, a existência de um ‘mercado aberto’, a impossibilidade da conquista dos mercados dos países mais desenvolvidos pelas economias dependentes e a incorporação contínua de novas unidades de capital externo sob a forma de tecnologia altamente desenvolvida e criada mais em função das necessidades intrínsecas das economias maduras do das relativamente atrasadas fornecem o quadro estrutural básico das condições econômicas da dependência. Mas a combinação destas com os interesses políticos, as ideologias e as formas jurídicas de regulamentação das relações entre os grupos sociais é que permite manter a idéia de ‘economias industriais em sociedades dependentes’. Portanto, a superação ou a manutenção das ‘barreiras estruturais’ ao desenvolvimento e a dependência dependem, mais que de condições econômicas tomadas isoladamente, do jogo de poder que permitirá a utilização em sentido variável dessas condições econômicas”.⁵

Como se vê, a preocupação dirige-se cerradamente ao papel dinâmico da esfera política, e a um desenvolvimento que *pode* combinar-se com a condição dependente.⁶ Esta segunda parte compreende os capítulos de três a seis, e consiste em aproximadamente três quartos do livro. Entretanto, é importante notar, mesmo a leitura dela tem o tom da primeira

⁵ *Dependência e desenvolvimento*, p.142.

⁶ Fábio Ricardo Kalvan realiza uma interessante pesquisa a respeito do emprego do termo “desenvolvimento” em Fernando Henrique Cardoso e Celso Furtado, chegando à conclusão que muitas das investidas críticas do primeiro se deve a uma redução do conceito à crescimento econômico. ver: *O lugar da Nação: estudo da abordagem da nação no Dual-estruturalismo de Celso Furtado e nos Estudos sobre a dependência de Fernando Henrique Cardoso*. São Paulo, 2000. Dissertação de mestrado. Departamento de Sociologia.

parte – que, pelas pretensões que apresenta, pareceria candidatar-se ao posto de segundo “Manifesto Latino-americano”.⁷ Explicamos.

Os sete itens que compõem o capítulo destinado à exposição do que os autores procuram delimitar como “análise integrada do desenvolvimento” consistem num exercício de crítica a diversas linhagens dedicadas ao desenvolvimento. O exame dos seus equívocos deve embasar uma nova perspectiva. Afinal, as “teorias da dependência” se pretendiam respostas para uma pergunta: por que a industrialização como via preferencial para superação do atraso – em seus múltiplos sentidos – promessa dos anos cinquenta, não tinha vingado. Os primeiros cepalinos teriam errado, inclusive em suas críticas às correntes liberais clássicas. Era preciso apontar os erros de ambos, e refazer a perspectiva de análise.⁸ Assim, a obra quer por “em dúvida precisamente o que se aceita como necessário na concepção usual da análise das etapas de desenvolvimento”; supondo também “a possibilidade de estagnação e de heteronomia”. Propõe uma revisão de diversas perspectivas que procuram enfrentar o problema da modernização na América Latina.⁹ Entram em consideração a análise tipológica, baseada em sociedades tradicionais e modernas; procura-se diferenciar as noções de subdesenvolvimento, periferia, dependência, conferindo a elas mais precisão conceitual. É central naquele “por em dúvida”, a consideração do desenvolvimento latino americano como singular, sem que assim se negue o próprio desenvolvimento. Há uma saliente recusa na noção de “repetição histórica” das etapas que caracterizaram o desenvolvimento da Europa Ocidental e dos Estados Unidos, como se elas antecipassem o destino da América Latina e como se esta só pudesse se considerar desenvolvida, uma vez alcançados os parâmetros assim estabelecidos. Para os autores, supor que se devesse reproduzir as mesmas etapas consiste em tratar “como anomalia, o que é uma forma de ser”. Os “diferentes momentos históricos do capitalismo não devem ser estudados, pois com o afã de encontrar sua repetição retardada nos países da periferia, mas para saber como se produziu em cada momento particular, a relação entre periferia e centro”.¹⁰

A esta altura, nenhum argumento realmente inédito no interior das contribuições cepalinas e nenhuma crítica substancial às suas concepções, senão a incorporação de sua preocupação básica: a especificidade das estruturas periféricas. Com efeito, a crítica dirigida

⁷ Aludo ao conhecido batismo de Albert Hirschman ao documento que inaugurou a Cepal.

⁸ É o que pretende o autor nos sete tópicos: 1. A análise tipológica: sociedades tradicionais e modernas; 2. A concepção de mudança social; 3. Estrutura e processo: determinações recíprocas; 4. Subdesenvolvimento, periferia e dependência; 5. O “Subdesenvolvimento Nacional”; 6. Os tipos de vinculação das economias nacionais ao mercado; 7. Perspectivas para uma análise integrada do desenvolvimento.

⁹ *Dependência e desenvolvimento*, p.37.

¹⁰ *Idem*, p. 32-33.

a Cepal diz respeito ao *enquadramento exclusivamente econômico* das questões. Os autores querem defender “uma análise integrada do desenvolvimento” que consistiria num exame:

“que não pode ser só estrutural, mas que tem de compreender também o modo de atuação das forças sociais em jogo, tanto as que tendem a manter o status quo como aquelas que pressionam para que se produza a mudança social. (...) Como essas forças estão relacionadas entre si e expressam situações com possibilidades diversas de crescimento econômico, a interpretação só se completa quando o nível econômico e o nível social têm suas determinações recíprocas perfeitamente delimitadas nos planos interno e externo.”¹¹.

Dito de maneira simples: a interação entre as esferas é elemento decisivo, que a economia em *stricto sensu*, não teria condições de considerar.

Há, com efeito, duas dimensões em *Dependência e desenvolvimento* – e, grosso modo, correspondem às duas partes em que sugerimos dividir o livro. Trata-se de um manifesto metodológico – e todo ele já se expõe no que indicamos: análise das relações políticas de grupos internos, ligadas às distintas maneiras de se articularem centro e periferia. Esta dimensão alicerça o destaque à afirmação da compatibilidade entre desenvolvimento e dependência. Os autores se fiam na consideração das relações sócio-políticas estabelecidas no interior de cada país – tributando-as ao programa metodológico de busca da interação entre as esferas do social, do econômico e do político – para ressaltar desenvolvimento e dependência estão condicionados a tais relações e não são portanto, incompatíveis. Sobretudo quando a imbricação de ambos favorece grupos sociais que têm domínio do Estado – fator este que é ressaltado no programa de pesquisa. Traduzindo de forma sintética o conjunto das duas dimensões indicadas, afirmariam os autores:

“(...) ao considerar a ‘situação de dependência’, na análise do desenvolvimento latino-americano, o que se pretende ressaltar é que o modo de integração das economias nacionais no mercado internacional supõe formas definidas e distintas de inter-relação dos grupos sociais de cada país, entre si e com os grupos externos. Pois bem, quando se aceita a perspectiva de que os influxos do mercado, por si mesmos, não são suficientes para explicar a mudança nem para garantir sua continuidade ou sua direção, a atuação das forças, grupos e instituições sociais passa a ser decisiva para a análise do desenvolvimento”¹².

¹¹ Idem, p.38.

¹² Idem, p. 30. Ou ainda, “A dependência encontra assim não só ‘expressão’ interna, mas também seu verdadeiro caráter como modo determinado de relações estruturais: um tipo específico de relação entre as classes e grupos que implica uma situação de domínio que mantém estruturalmente a vinculação econômica com o exterior. Nesta perspectiva, a análise da dependência significa que não se deve considerá-la como uma ‘variável externa’, mas que é possível analisá-la a partir da configuração do sistema de relações entre as diferentes classes sociais no âmbito mesmo das nações dependentes.” (p.31)

Caberia, para encerrar a apresentação sumária das idéias centrais de *Dependência e desenvolvimento* um comentário acerca do estilo e da linguagem. Em primeiro lugar, há trechos de muitíssima dificuldade de compreensão, porém, são menos herméticos que confusos. Em segundo lugar, em geral, tais trechos tratam de idéias repetidas *ad nauseum*. Novamente, pedir a licença do leitor é necessário, pois conviria a título ilustrativo expor um exemplar do que é mencionado:

*“Consideramos mais adequado, por conseguinte, um procedimento metodológico que acentue a análise das condições específicas da situação latino-americana e o tipo de integração social das classes e grupos como condicionantes principais do processo de desenvolvimento. Em tal perspectiva, por exemplo, o ‘efeito de demonstração’ incorporar-se-á à análise como elemento explicativo subordinado, pois o fundamental seria caracterizar o modo de relação entre os grupos sociais no plano nacional – que, por suposto, depende do modo de vinculação ao sistema econômico e aos blocos políticos internacionais que podem produzir conseqüências dinâmicas na sociedade subdesenvolvida. Assim mais que assinalar as conseqüências do ‘efeito de demonstração’ ou de outras variáveis exógenas, sobre o funcionamento do sistema econômico ou sobre o comportamento dos grupos sociais como ‘fator de modernização’, importa realçar as características histórico-estruturais que geram processos de semelhante natureza e que revelam o sentido mesmo que pode ter uma tal modernização.”*¹³

Esse traço merece nossa consideração na medida em que é expressivo das ciências sociais latino-americanas à época. A linguagem algo cifrada, repleta de jargões conceituais, que prestava conta com as teorias em voga eram parte do dever do cientista social que demarcava seu espaço social e sua especialidade diferenciada, cindido-se do leigo e do dileitante. Herança de sua formação no seio da Sociologia em processo de institucionalização sob a batuta de Florestan Fernandes, é forçoso reconhecer que o prazer da leitura não estava no horizonte de uma linguagem com esta. Ademais, deixa entrever que os autores procuravam cumprir rigorosamente os parâmetros formais da ciência social, atestando a busca pelo reconhecimento no interior do sistema intelectual em que produziam. Ainda que, no manuseio dessa mesma linguagem se enveredassem em impasses que ela a um só tempo criava e auxiliava a manter oculto. Como terá ficado evidente nos trechos destacados, o impasse é gritante. Os autores gravitam entre a recusa de fatores externos como condicionantes exclusivos e de viés econômico e a aceitação de sua relevância. Querem considerar a dinâmica sócio-política interna, mas não arriscam estabelecer seu nível de autonomia, e, vendo-se diante do arroubo insensato de negar a condicionante do dinamismo, em última instância, nos centros do capitalismo, recuam então sem alternativa ao “por suposto”, afirmando o que, de partida, negaram: também a estrutura de classes interna é condicionada

¹³ *Dependência e desenvolvimento*, p.21. Os sublinhados são meus.

externamente. Há, com efeito, na argumentação uma circularidade inescapável, e ela não se deve à linguagem cifrada da ciência social em institucionalização, senão na medida em que esta maquia o impasse.

**

Dois elementos são relevantes quando se trata de esboçar a recepção do livro e as polêmicas por ele suscitadas: seu sucesso imediato e as reações contrárias a ele, não menos importantes para esse sucesso.

Como testemunho dele, podemos sinalizar as numerosas edições com que o livro conta, inclusive em línguas estrangeiras. Sua primeira publicação foi no âmbito do próprio Ilpes, em 1967. Ele foi editado oito vezes pela Siglo XXI, editora mexicana, em 1970, 1973, 1976, 1977, 1978, 1983, 1990. É publicado em italiano em 1971; em alemão, em 1976; em francês, em 1978; em inglês, em 1979; em romeno, em 2000; e ainda, em russo, eslovaco, chinês e hebraico em 2002.¹⁴ Ainda que o histórico da recepção do livro não seja nosso objeto principal nessa exposição, pontuar alguns aspectos dela é importante para uma avaliação mais precisa do papel que ele desempenha no percurso intelectual e político de Fernando Henrique Cardoso. Neste exame, não se desvinculam as idéias apresentadas inicialmente no livro das polêmicas nas quais o autor se envolve. E, cabe aventar a hipótese, elas são condicionantes da leitura do livro – à sua época e posteriormente; e são centrais para a conformação do perfil associado a Fernando Henrique Cardoso, intelectual crescentemente reconhecido como crítico e combativo, inclusive, e talvez sobretudo, das teses oriundas da esquerda, seja acadêmica, seja estritamente política. Além disso, tais polêmicas assinalam um estilo de interpelar a controvérsia muito significativo dos rumos da produção do autor.

Não parece casual que uma biógrafa francesa de Fernando Henrique Cardoso afirme que *Dependência e desenvolvimento* tornou-se o **best-seller** de uma geração de sociólogos¹⁵. Ademais, o mesmo fica expresso em pesquisa realizada recentemente e de maneira informal, com cientistas sociais – em que manifestam seu reconhecimento por ela mais pela influência que exerceu do que por seu mérito e grandeza interpretativos.¹⁶ Outro indício do que

¹⁴ Uma análise exaustiva poderá estabelecer as conexões incontornáveis entre as línguas para as quais as traduções e as edições são preparadas e o itinerário político e intelectual do autor. Enveredar por este caminho poderia, contudo, no exíguo espaço de que dispomos, deslocar a atenção dos objetivos principais desse texto.

¹⁵ Há algo menos de biográfico e mais de hagiográfico nesse livro, a começar pelo prefácio de Alain Touraine. Como é sobejamente conhecido, a produção de memórias ou biografias são condicionadas ao momento da curva de ascensão ou declínio de prestígio intelectual e/ou político. aspectos desenvolvidos em nossa pesquisa, mas que nos desviariam dos propósitos dessa apresentação. A biografia mencionada: Brigitte Hersant Leoni. *Fernando Henrique Cardoso: o Brasil do possível*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

¹⁶ Gildo Marçal Brandão comenta pesquisa informal de Simon Schwartzman, de 1999. *Linhagens do pensamento político brasileiro*. São Paulo: Hucitec, 2007.

queremos assinalar – uma coletânea como *Conversas com economistas brasileiros* tem em seu roteiro básico de entrevista a indagação acerca de *Dependência e desenvolvimento*. Tudo se passa como se a entrada do sociólogo no debate dos economistas cepalinos fosse tão decisiva que convocasse uma resposta dos pares, ainda três décadas depois. Aspecto esse que, se é intensificado com a trajetória política posterior, não se deve exclusivamente a ela, mas é ela que deve ser entendida à luz desse percurso intelectual.¹⁷

Ora, uma tal relevância não é conquistada exclusivamente com a publicação de uma obra. Porém, com a reiteração de suas teses centrais, com a confirmação persistente das mesmas por meio de interlocuções permanentes, com a constante interpelação de problemas coevos, relativos aos temas do desenvolvimento, por meio da retomada insistente das idéias que o livro oferece. Com efeito, ao nos determos nas publicações da própria obra já se esboça algo nessa direção. Ela se torna mais nítida ainda quando nos debruçamos nos textos do autor dedicados a responder as críticas que recebe. Uma seleção deles, privilegiando os anos de nosso interesse, indicaria os seguintes.

Já em 1970, “Teoria da dependência ou análises concretas de situações de dependência?” é escrito em resposta a Francisco Weffort, que lhe desafiara com uma indagação, que também intitula o seu texto: “Teoria da dependência: teoria de classe ou ideologia nacional?”. Em 1972, reafirma suas posições em “Imperialismo e dependência na América Latina” e “A dependência revisitada”. Em 1973, o mesmo se faz nos textos “As tradições do desenvolvimento-associado” e “O modelo brasileiro de desenvolvimento”. Em 1976, *Les États Unis et la théorie de la dépendance*. Em 1977, *La originalidad de la copia: la CEPAL y la idea de desarrollo*. Em 1977, escreve “Towards another development.” E, finalmente, o ápice da polêmica, em texto escrito em parceria com José Serra, em 1978, contra Rui Mauro Marini, “Las desventuras de la dialectica de la dependência”. Poderia se considerar ainda “El desarrollo en el banquillo”, texto de 1979, no qual também reitera idéias já sedimentadas. Em 1980, é publicado *As idéias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento* – coletânea que reúne alguns dos textos mencionados acima.¹⁸ Vale ressaltar – ela não pode ser lida ignorando-se que o autor já tenha sido eleito suplente de Franco Montoro no senado em 1978, pelo MDB. Pode, portanto, ser vista como parte de uma

¹⁷ Ciro Biderman; Luiz Felipe L. Cozac; José Marcio Rego. *Conversas com economistas brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 1996 (Prefácio de Pedro Malan); Guido Mantega; José Marcio Rego. *Conversas com economistas brasileiros II*. São Paulo: Editora 34, 1999. (Prefácio de Luiz Gonzaga Belluzzo). É evidente que os autores são sensíveis ao espectro de influência da sociologia de Fernando Henrique Cardoso, de modo que, há algumas entrevistas que não contemplam a menção ao livro de maneira direta. No entanto, indiretamente aparecem as relações indicadas, sobretudo quando se trata da conversa sobre a inflação inercial e o plano real. É exemplar disso, a entrevista de Gustavo Franco, no segundo volume.

¹⁸ *As idéias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento*. Petrópolis: Editora Vozes, 1980.

estratégia crescentemente explorada por ele: apoiar-se em sua imagem de sociólogo competente e transferir seu prestígio da esfera científica para a política – mecanismo básico em sua trajetória, sobretudo após as eleições de 1974, quando o Cebrap elabora o programa do MDB e este é consideravelmente bem sucedido.¹⁹

Como se vê, não foram poucos os debates que se originaram da publicação da obra. E, do mesmo modo que se verifica muitíssimas edições da obra original, percebe-se o autor não poupou esforços para que seus textos de defesa e autodefesa fossem largamente disseminados. Indício disso é que nenhum deles tenha sido publicado apenas uma vez, que a maioria conte com publicações no exterior, e que estas não necessariamente sejam nos países de origem dos interlocutores, mas busquem ainda outros circuitos acadêmicos – dando mostra de certo prestígio crescente do autor, em alguma medida, angariado por esses mesmos procedimentos.²⁰

**

Como é do feitio dos debates intelectuais nas mais distintas áreas, os sucessores inventam seus (pais) predecessores. Filiações teóricas e interpretativas declaradas nem sempre significam a adesão, no plano das idéias, àquelas que se supõem ligar. Dito de outro modo, aqueles que vem depois inventam uma tradição à qual se pretendem vincados – e esta criação não corresponde necessariamente ao original de que partem. Algo dessa dinâmica típica dos sucessores com os predecessores encontra-se também em numerosos debates: *os interlocutores criam seus adversários no mesmo passo em que supostamente respondem a eles.*²¹ A obviedade da constatação nem sempre orienta o entendimento da vida intelectual. E, no entanto, no debate em tela, não se pode ignorar a veracidade dessa observação – cujo custo

¹⁹ Como dissemos, restringimos a seleção ao período dos anos setenta. Porém, muito indicativo do que pretendemos assinalar e sem o quê esse sobrevôo não se completa, consiste em certa centralidade que a “teoria da dependência” tem nas avaliações, seja de sua trajetória, seja de sua obra; bem como no encaminhamento de filiações e críticas no plano de sua política como presidente. Isso se deve tanto ao fato de que o livro contenha sugestões que possam ser remetidas ao presente – mormente a famigerada “globalização”; como aos processos complexos de passagem dos intelectuais à vida político-partidária, envolvendo ligações e rupturas, tanto teóricas, quanto interpretativas e políticas. Esses dois âmbitos, obra e trajetórias intelectuais, emergem, evidentemente, nos debates acalorados acerca do plano real. Exemplar disso talvez seja aquele estabelecido logo quando de sua eleição presidencial. Ver: José Luiz Fiori, “Os Moedeiros Falsos”. In: Folha de São Paulo, Caderno Mais!, p.1-6, 03 de julho de 1994 e Fernando Henrique Cardoso, “Reforma e Imaginação”. In: Folha de São Paulo, Caderno Mais!, p.3-6, 10 de julho de 1994.

²⁰ Nos anexos finais, encontram-se listadas as edições de *Dependência e desenvolvimento*, bem como as numerosas publicações dos textos de polemica mencionados anteriormente.

²¹ O historiador catalão Joseph Fontana vale-se dessa orientação e extrai daí uma conexão de sentido que, não fossem nossos objetivos restritos nesse artigo, poderia nos servir para examinar muitas das falsas controvérsias estabelecidas por aquele “marxismo polemizante” do autor – de que essas discussões em torno da dependência podem ser vistas como um capítulo. Defendendo, com ênfase, o marxismo, afirma: “Os historiadores marxistas podem tender, em algumas ocasiões, à simplificação, porém sempre costumam ser superados por simplificadores críticos, acostumados a fabricar versões caricaturais do marxismo para demolilas depois vitoriosamente”. *História. Análise do passado e projeto social*. Bauru: SP: Edusc, 1998, p. 61.

seria a ininteligibilidade do mesmo.²² Os comentários seguintes procuram seguir o princípio acima enunciado – reitero, e reformulo: os debatedores inventam-se uns aos outros na controvérsia – destacando o embate entre Fernando Henrique Cardoso e os demais “teóricos da dependência”.

A crítica elaborada por Francisco Weffort à “teoria da dependência” de Fernando Henrique Cardoso consiste em afirmar que ela comporta uma ambiguidade. Ela “oscila, irremediavelmente do ponto de vista teórico, entre um *approach* nacional e um *approach* de classe”. Assim, a demarcação nacional, e, em particular de Estado-nacional “opera como uma premissa”, de toda a consideração das classes e das relações de produção. De modo que, “a atribuição de um caráter nacional (real, possível ou desejável) à economia e à estrutura de classes, joga um papel decisivo na análise”. Por outro lado, “pretende-se que a dinâmica das relações de produção e das relações de classe, determine, em última instância, o caráter (real) do ‘problema nacional’.”²³

Compreende-se, evidentemente, que é subjacente a esta crítica a indagação acerca da alternativa proposta pela teoria. Tudo se passa como se fosse cobrado dos autores a opção por uma análise em torno do Estado-nacional – na qual o outro da dependência seria a autonomia nacional; ou por uma análise no eixo das classes – para a qual a alternativa seria a ruptura revolucionária com a dependência.²⁴ Se nos detivéssemos na resposta oferecida por Fernando Henrique Cardoso veríamos que, a rigor, a cobrança lançada não é, por assim dizer, paga – porém eliminada. Vejamos.

A resposta consiste em afirmar, basicamente, que a “teoria da dependência” não é uma teoria.²⁵ Daí o título da resposta: “Teoria da dependência ou análises concretas de situações de dependência”. Em suas palavras:

²² Se é certo que aceitar o que assinalamos implica duas orientações básicas – confrontar os textos de resposta com os textos respondidos e esboçar algo da distância entre o texto do interlocutor e o texto criado pela resposta do adversário, com vistas ao rendimento tanto interpretativo quanto de prestígio que esse mecanismo envolve – aqui não podemos, dada as limitações, mais que indicar conclusões provisórias dessa investigação.

²³ Francisco Correa Weffort. “Notas sobre a “teoria da dependência”: teoria de classe ou ideologia nacional.” In.: *Estudos Cebrap*, n. 1. São Paulo, 1971, p. 10.

²⁴ Numerosas mediações implicadas na “cobrança” assinalada são suprimidas dessa exposição, devido às restrições de espaço. No entanto, vale pontuar, nos textos em exame, também não se encontra plenamente desenvolvida a ligação patente entre a exigência de escolha – por um “*approach nacional ou um approach de classe*” – e a definição do projeto que envolve um e outro, autonomia nacional ou revolução. As alusões a este ponto são minimizadas nos textos. Francisco Weffort qualifica como “nacionalismo burguês reformista” ao primeiro e “nacionalismo pequeno-burguês radical” à indefinição que critica. A resposta de Fernando Henrique Cardoso sugere duas versões do texto, sendo que numa primeira, a opção pelo *approach* de classe seria considerada por Francisco Weffort como suporte para uma “teoria socialista da revolução na América Latina”.

²⁵ Estamos longe de afirmar, ao expor essa estratégia de resposta, que a “teoria da dependência” possua estatuto teórico. Nesse sentido, o próprio Enzo Faletto, recordando o contexto da produção da obra, refere-se a “tema”, “problemática”, “análise do tema” da dependência – sem mencionar “teoria da dependência”. Já Luiz Toledo

“(...) se alguma vantagem teórico-metodológica existe na análise que fizemos das situações de dependência, essa parece-me ter sido a de caminhar no sentido de maior concreticidade. Não falamos da dependência em geral, mas de situações de dependência. Dependência na fase de constituição do Estado Nacional e de formação de uma burguesia exportadora, dependência na situação de enclave e dependência na etapa de internacionalização do mercado na fase de formação de economias industriais periféricas. Subdividimos ainda mais estas ‘fases’, mostrando que não constituem etapas, mas formações sociais específicas que supõem, às vezes, arranjos particulares que contêm a existência das três situações, embora sempre estruturadas de forma sobredeterminada”.

*“Em qualquer caso, entretanto, não seria correto substituir o que se fez, ou seja, a análise dialética de situações concretas de dependência por uma teoria formal das classes que não as situe num contexto no qual o imperialismo e a dependência que lhe corresponde (isto é, a existência de potências dominantes e nações dominadas) são referência obrigatória para a análise das classes. Pensar que com esta substituição se agrega algo a ‘uma teoria socialista da revolução na América Latina quando, como no caso, a intenção não é demagógica, constitui um equívoco que se origina de uma interpretação formalista do que seja a dialética marxista”.*²⁶

Seria impróprio num texto como este empreender aquele “método de leitura estrutural do texto” – que fundamentou a organização da filosofia uspiana e que orientou a formação do grupo de estudos d’*O capital* a que se ligou Fernando Henrique Cardoso. No entanto, é indubitável que tal leitura assinalaria alguns traços típicos do estilo de controvérsia do autor, algumas nuances de sua linguagem e alguns dos mais usuais mecanismos de resposta aos seus interlocutores. Com efeito, em menor escala, esses aspectos podem ser encontrados nos trechos selecionados.

No que se refere ao tipo de controvérsia, nota-se um deslocamento da indagação a ele proposta. Tudo se passa como se à pergunta: “qual categoria é central na análise: classe ou nação?” – o autor respondesse: nenhuma e ambas, pois não se trata de teoria mas de problematização. No que se refere às nuances de linguagem, atente-se para o emprego de conceitos elaborados no campo do marxismo que sofrem uma modificação de seu sentido: concreticidade, em geral, sobredeterminada, análise dialética de situações concretas de

Machado, afirma explicitamente: “Não existe uma teoria da dependência”, a condição dependente é uma obviedade histórica. De maneira semelhante e algo irônica, afirma Paulo Nogueira Batista Jr.: “O tema que nos propusemos discutir – a teoria da dependência e a questão da globalização no discurso recente de Fernando Henrique Cardoso – é bastante curioso, até meio surrealista. Na realidade, estamos aqui reunidos para discutir dois fenômenos que, a rigor, não existem! Não existe teoria da dependência e não existe globalização”. Com tantos votos em contrário, incluindo o do próprio autor mais reconhecido pela “teoria da dependência”, Fernando Henrique Cardoso, surpreende que tenha se sedimentado no senso comum acadêmico esse termo. No entanto, decerto essa cristalização se vincula à dinâmica da polêmica que procuramos referendar nesse texto. Respectivamente: “Los años 60 y el tema de la dependência”. *Estudos Avançados* 12 (33), 1998; “A teoria da dependência na América Latina”. *Estudos Avançados* 13 (35), 1999; “Dependência: da teoria à prática”. *Estudos Avançados* 13 (37), 1999.

²⁶ Fernando Henrique Cardoso. “Teoria da dependência ou análises concretas de situações de dependência”. In.: *Estudos Cebrap*, n. 1. São Paulo, 1971, respectivamente, p. 41 e p. 44. Os sublinhados são meus.

dependência. Dentre eles, talvez se destaque “concreto” como sinônimo de “empírico” – associação aceita talvez apenas em leitores principiantes de Marx. Como se sabe, não é o caso do autor, já escolado na leitura estrutural do texto aplicada ao *Capital*. Considere-se ainda traço típico dos textos de polêmica do autor: o emprego intensivo dos recursos da ironia.²⁷

A resposta provocada pelo texto de Francisco Weffort, ao que tudo indica, não se refere apenas ao plano dos argumentos – considerando-se todas as ressalvas a esse plano de embate, se tivermos em vista o que acabou de ser apontado. Merece realce um traço da investida de Francisco Weffort. Os problemas que sinaliza na chamada teoria da dependência, salvo raras ressalvas, e algumas ênfases de aspectos que privilegiam às vezes um ou outro autor, em seu conjunto, englobam todos os “dependentistas”. Assim, Enzo Faletto, Fernando Henrique Cardoso, Gunder Frank, Paul Baran compartilhariam fundamentalmente dos mesmos impasses teóricos, interpretativos e, por mais dificultoso que possa parecer, inclusive ideológicos. Por isso, não parece casual que, após a resposta de Fernando Henrique Cardoso dirigida a ele, proliferem-se os textos que polemizam com outros “teóricos da dependência”. Nestes textos, há um marcante esforço em distinguir-se dos demais autores, provando que o *seu* marxismo é mais aparelhado teórica e metodologicamente que o dos demais. Asseverando, de alguma maneira, que, se algum ponto da crítica de Francisco Weffort for verdadeiro, não o será com relação ao seu livro.

Acompanhando-se os textos produzidos por Fernando Henrique Cardoso – acima indicados – é marcante uma espécie de delimitação de terreno e perspectivas, movimento no qual cria linhagens interpretativas da dependência. Assim, seu livro se apresenta em franca oposição aos dos demais intérpretes, mormente qualificados como “catastrofistas”.²⁸ De uma maneira esquemática, estariam desse modo enquadrados André Gunder Frank, Theotonio dos Santos, Rui Mauro Marini.²⁹

²⁷ Por exemplo: “seria ingênuo”, a crítica se basearia em “distinção metafísica”, vale-se da dialética formal, numa “linguagem da moda”, trata-se de petição de princípios, demagogia, insistir na contradição entre relações de produção e relações de classe – apenas para destacar algumas.

²⁸ Ora, todo autor que disputa de alguma maneira a interpretação de sua própria obra acaba por revelar-se exímio construtor de armadilhas e desvencilhar-se delas é um dos desafios ao historiador das idéias de uma disciplina. Não raro, contudo, aqueles que reconstituem os debates não se dão conta disso. Veja-se, por exemplo, o trabalho de José Carlos Rosinski Andrade, *O estruturalismo de Raúl Prebisch e a dependência na visão de Fernando Henrique Cardoso: uma contribuição à análise comparada* (São Paulo: FFLCH-USP, 2005. Tese de doutorado) – no qual as armadilhas do autor que controla a interpretação de sua obra, e do comentador que não percebe esse mecanismo, são plenamente visíveis.

²⁹ Contemple-se ainda Anibal Quijano, que, em “*Redefinición de la dependencia y proceso de la marginalización en América Latina*”. (Santiago, 1970), afirma que a teoria da dependência descreve, como se resolvesse, precisamente, aquilo que precisa ser explicado. Esta sugestão auxilia Francisco Weffort no desenvolvimento de sua crítica. De todo modo, o debate mais significativo com Quijano será estabelecido por Fernando Henrique Cardoso em torno do conceito de marginalidade, participação e superpopulação relativa.

Deve-se atentar que o debate direto com Fernando Henrique Cardoso é estabelecido por um circuito que passa pela estada na Cepal. De um modo ou de outro, em algum momento todos os dependentistas envolvidos na polêmica também estavam no raio de influência do debate cepalino.

Considerando essas investidas críticas a Fernando Henrique Cardoso, e destacando-se que elas têm origem do interior da própria Cepal, pode-se compreender a insistência do autor em, *simultaneamente*, afirmar que sua interpretação da dependência *não consiste numa teoria* – o que elimina a necessidade de precisão teórica que lhe cobram – e *tornar os outros intérpretes, ideólogos* de uma revolução impossível alimentada pelo catastrofismo de suas análises – o que atenua o viés ideológico ou menos científico que possa haver em seu trabalho. Dito de modo simples, as investidas críticas que recebe condicionam suas próprias investidas críticas a outros autores. Cabe lançar a elas os problemas que seus pares lançam a ele. Elas, e não ele, buscam o sentido teórico e possuem caráter ideológico. E ambos os traços se traduzem num marxismo mal elaborado e no estímulo a alternativas políticas suicidas.

No percurso da polêmica, a dinâmica apontada permeia todos os textos e embates. O auge dela talvez se encontre em *As desventuras da dialética*, contra Rui Mauro Marini. Esse texto é exemplar de alguns procedimentos já assinalados. A disposição incansável à polêmica, substituindo em passagens estratégicas do texto, a argumentação pela ironia; sua recusa ao título de “teoria” para a “problemática”, igualmente estratégica para um teoria que não fixa nada senão a indefinição permanente da relação entre política e economia; e, sobretudo, o procedimento que norteia primordialmente a concepção do texto: o exame rigoroso do emprego das categorias do marxismo, apontando os equívocos de seu manuseio em Rui Mauro Marini.

Seria redundante e desnecessário – para a apresentação da polêmica e suas articulações com desenvolvimentos pretéritos e posteriores na obra de Fernando Henrique Cardoso – acompanharmos seus passos argumentativos. A esta altura, para a formulação da hipótese que intentamos, parece mais profícuo atentarmos para o fato de que é difícil dissociar a consagração entre os pares, galgada por Fernando Henrique Cardoso ao longo dos anos setenta, desses embates que são primordialmente, mas não exclusivamente teóricos e interpretativos.

Está em jogo, é imperativo que se reconheça, uma disputa pela interpretação mais correta da dependência e, que, requer, de um lado, uma firme posição crítica do imperialismo e, por outro um exímio domínio da teoria associada a ela, o marxismo. Vejamos.

A “teoria da dependência” nasce do interior da Cepal, tendo suas teses como interlocução privilegiada, dirigindo-se a elas criticamente, procurando novos rumos interpretativos e de ação política, em face dos desafios que desapontamentos históricos traziam para a América Latina. Após a euforia desenvolvimentista, nas palavras de um cevalino, uma “pergunta ficava no ar: por que a História teria tomado outro curso, defraudando esperanças que pareceram outrora tão bem fundadas?”³⁰. As teorias da dependência pretenderam dar uma resposta a esta indagação. E o fizeram procurando dar ênfase a aspectos não econômicos.

É bem vindo que se atine para o esforço de avaliação lúcida de Francisco de Oliveira e Paul Singer, com relação a *Dependência e desenvolvimento*. Para o segundo, seu valor é tributável a um *insight* que contraria as convicções compartilhadas pelas esquerdas em geral, na época. Em suas palavras: “Todos nós estávamos enganados com a idéia de que os países metropolitanos queriam impedir a industrialização da periferia”.³¹ Já para o primeiro, o livro teria inovado colocando a “política em lugar de destaque”.³²

A chamada “aposta na política” indubitavelmente condicionou a recepção positiva de *Dependência e desenvolvimento*. Contra determinismos de toda espécie, a esfera da política emerge como a instância decisiva dos rumos históricos. Sua imprevisibilidade e viragens impõem, contudo, que não se desconsidere uma dinâmica entre grupos sociais vincadas ao desenvolvimento em particular de cada nação latino-americana. Se o compromisso com o horizonte das luzes deveria levar a uma aposta na ação humana na história que se libertasse da vinculação interna entre economia e política, decerto o livro tentava realizá-lo.

Contudo, tão logo nos detenhamos no conjunto composto por *Dependência e desenvolvimento* e os textos polêmicos acima mencionados, duas ordens de considerações tornam-se imperativas.

Em primeiro lugar, haveria uma significação menos teórica que moral em atribuir valor causal à esfera política? Uma característica importante da abordagem consiste na recusa de que a política seja epifenômeno da economia. Porém, a alternativa teórica oferecida é uma indefinição permanente da relação entre economia e política, insustentável do ponto de vista teórico e interpretativo. Nesse esquema, “tudo aparece como estando ligado a tudo, sem que se possa definir com clareza relações de dominação e de subordinação que vigem em seu

³⁰ Conforme passagem em tom de depoimento de João Manuel Cardoso de Mello, *O Capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 23.

³¹ *Conversas com economistas brasileiros II*, p. 68.

³² *Idem*, p. 112.

interior”³³. Entre numerosos trechos talvez possamos escolher um cabal para o que apontamos:

*“Como o objetivo deste ensaio é explicar os processos econômicos enquanto processos sociais, requer-se buscar um ponto de intersecção teórico, onde o poder econômico se expresse como dominação social, isto é, como política; pois é através do processo político que uma classe ou grupo econômico tenta estabelecer um sistema de relações sociais que lhe permita impor ao conjunto da sociedade um modo de produção próprio, ou pelo menos tenta estabelecer alianças ou subordinar os demais grupos ou classes com o fim de desenvolver uma forma econômica compatível com seus interesses e objetivos. Os modos de relação econômica, por sua vez, delimitam os marcos em que se dá a ação política”.*³⁴

Incapazes de optar por uma esfera determinante em última instância – o que os levaria a aderir ao marxismo que também refutam – acabam considerando todas as esferas numa mesma escala de condicionamento. E no entanto, se esse traço nos parece fragilidade teórica e insustentabilidade interpretativa, poderia ser à época exatamente o que respondesse pelo sucesso do livro, na medida em que convocava à ação uma geração de cientistas sociais e economistas inspirados no modelo mannheimiano de intervenção na vida pública e política. Ora, a consideração de todas as esferas sem hierarquização causal, sem determinação de última instância, implicaria, paradoxalmente, a valorização dos fatores sociais e políticos, na medida em que a defesa dos mesmos elege como interlocutores os economistas. Esta ordem de considerações impõe que consideremos criteriosamente o sucesso do livro sob o signo de uma adesão menos ao que ele defende propositivamente no plano político do que pelo que ele refuta no plano teórico-metodológico. Dito de maneira simples, seu sucesso se deve em larga medida a uma adesão não ao programa de superação histórica da dependência que, a rigor, não apresenta, mas à adesão às sugestões interpretativas que uma valorização da sociedade e da política oferecem em relação a determinismos, econômicos, sobretudo. Não é casual que, lembrando a ambiência institucional e política de produção da obra, Enzo Faletto ressalte as “expectativas e esperanças” dos anos em que a desilusão diante do nacional-desenvolvimentismo era alimentada por incerteza e entusiasmo diante da retumbante Revolução Cubana. Seriam os marcos dela a única via de superação dos impasses do desenvolvimento latino-americano? Se era o momento muito propício para a valorização da política, por outro lado, quando o debate se dirigiu para especificar seu estatuto teórico, seu

³³ Esta formulação foi extraída de Carlos Águedo Nagel Paiva. Ela é cabal para que procuramos indicar, muito embora ele a empregue – divagar a respeito desviaria da questão abordada, mas não nos parece casual que assim seja – para assinalar a maneira pela qual “funcionalismo e do estruturalismo modernos” tratam das mudanças sociais. Ver: *Capitalismo dependente e (contra) revolução burguesa no Brasil: um estudo sobre a obra de Florestan Fernandes*. Campinas: Unicamp, Instituto de Economia, 1991. Dissertação de mestrado.

³⁴ *Dependência e desenvolvimento*, p.23.

alcance virtual e real para superação da condição dependente, então, nas palavras de Faletto, la pugna se instaló al interior de los propios *dependentistas*.³⁵

Com a segunda ordem de considerações acerca da polêmica esboçada, encerramos esta apresentação e encaminhamos uma hipótese a respeito dos vínculos dela com a produção anterior e posterior de Fernando Henrique Cardoso.

Se a “teoria da dependência” não chega a chamar de economicistas as análises econômicas – teria algo de risível nisso – esse é um argumento central na sustentação da bandeira dessa crítica e, parece, dessa maneira, ter uma indelével coloração de disputa *primordialmente* científica, ainda que a *temática* seja preferencialmente política. Explicamos.

Quando percorremos as páginas que constituem o material dessa apresentação, o tom de manifesto, por vezes, não se dirige à superação da condição de dependência latino-americana, senão à superação da análise cepalina-econômica da dependência. O tom e o estilo são o de delimitação de programas infundáveis de pesquisa acerca da constituição de grupos sociais, suas relações com o Estado e as possibilidades de inserção deste no sistema econômico mundial. Novamente, a resposta a Rui Mauro Marini parece exemplar do que pretendemos pontuar. *Há uma autonomização do debate teórico e metodológico, em detrimento dos problemas que a ele deram origem*. Dito de maneira simples: defender o valor da política como esfera da ação histórica, apontar os erros no emprego e manuseio das categorias marxistas, demarcar a superioridade da sua leitura d’O capital são propósitos que suprimem a análise da dependência propriamente dita, e das possibilidades e dificuldades de superação dela. A superação teórica e metodológica se torna mais importante do que a superação histórica dela.

Método e teoria são domínios privilegiados no campo científico para que se angarie respeitabilidade e prestígio, mormente ocupados por agentes já maduros – em oposição aos principiantes que devem passar pelo probatório das pesquisas empíricas, levantamento de dados e, progressivamente, balanços de bibliografia. A competência em matéria de métodos e teorias de sua própria disciplina é para poucos e exclusivo daqueles que já gozam de algum reconhecimento – em geral, engrandecido no mesmo passo em que reiteradas vezes se apresentam como legítimos portadores desse papel.

Respeitabilidade e prestígio tanto mais valiosos quando se trata não apenas da demonstração do exímio domínio da competência em sua disciplina, porém quando se refere à imposição da superioridade dela a outras. Não parece outro o procedimento de Fernando

³⁵ “Los años 60 y el tema de la dependência”, p. 113.

Henrique Cardoso em suas investidas contra esse aspecto que, recusando as formulações circulares de seu livro, e formulando de maneira direta, chamaríamos, a despeito do chiste, de economicismo dos economistas.³⁶ Mecanismo este, por meio do qual, pouco nos diz a respeito do alcance da política, ou do estatuto teórico das classes sociais no interior do problema da reprodução da condição dependente da América Latina; porém que expressa uma busca pela valorização das disciplinas às quais se liga – a Sociologia e a Política.

Dessa maneira, a polêmica em torno da dependência insere-se na linhagem de textos teórico-metodológicos de Fernando Henrique Cardoso, inaugurada com a famosa Introdução em defesa da “interpretação dialética” que abre seu livro *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional* e expandida com um conjunto de textos dos anos setenta dedicados a discussões teóricas e metodológicas afeitas ao campo do marxismo. Esses textos consistem em exercícios de avaliação do emprego e manuseio dos conceitos marxistas; e reiterada acusação de erro dos interlocutores. E, entre eles, vale pontuar, encontram-se: Nicos Poulantzas, Anibal Quijano, José Nun, Rui Mauro Marini – como já se destacou. São intervenções que se caracterizam por, em detrimento dos problemas históricos que deram origem ao debate teórico e metodológico, centrarem-se *exclusivamente em temas de método e teoria*. São, com efeito, exemplares do que Emir Sader chamou de marxismo que polemiza, e resultantes de uma formação marxista mais afiada em hermenêutica d’*O Capital* do que em crítica do capitalismo, no olhar certeiro de Paulo Arantes.³⁷

Este trabalho está longe de defender qualquer “mitologia do autor” – segundo a qual todas as idéias se desdobram umas das outras num contínuo e explicam as ações públicas desses agentes. Entre a formulação da prática ideal e sua execução, uma miríade complexa se impõe. Entre concluir – seja a ausência da burguesia nacional, seja a possibilidade de crescimento econômico em conjunto com a dependência – e tornar a conclusão um princípio normativo, há, do ponto de vista lógico e histórico, a passagem da esfera científica à política.

Itinerário este de difícil análise por colocar em tela dilemas de longa duração de nosso sistema de produção, recepção e circulação cultural. No encaminhamento da polêmica, mas sobretudo no que diz respeito ao debate teórico que se autonomiza do problema que o origina, como não ver algo daquele bacharelismo coquete, que, mal “comportado pelo ambiente de vida material” marcado pela profissionalização, resiste, por não superarmos “certo fascínio exercido por carreiras liberais”, no dizer de Sérgio Buarque de Holanda – ao qual se poderia

³⁶ Uma afirmação como “Serra e Cardoso fazem uma crítica arrasadora e definitiva às posições de Marini”, e que não se detém na análise da réplica deste último, parece-nos expressiva do que procuramos assinalar. Ver: Lídia Goldenstein. *Repensando a Dependência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994, p. 34.

³⁷ *Um departamento francês no ultramar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994, p. 292.

acrescentar, sem prejuízo, o fascínio do último livro recém chegado no último navio da Europa.³⁸ Se os tempos não eram mais os dos bacharéis, mas dos cientistas profissionalizados, os traços do passado pareciam se casar com os do presente. Assim, o fascínio era exercido com mais intensidade pelo último autor, mas à crítica que se pudesse elaborar ao mesmo. Como se, no Brasil, a crítica das coisas chegasse antes mesmo delas.³⁹ Ora, é essa nossa melancólica disposição crítica que se traduz num percurso intelectual e político no qual “tudo se passa como se, para ser reconhecido como homem de Estado, fosse necessário mobilizar a crença na ficção de ser um perito em todos os debates sobre o futuro da nação e seu peso na cena internacional.”⁴⁰

Dos temas mais complexos a que um estudioso pode escolher se dedicar, nosso sistema cultural desafia nos fenômenos que nos parecem mais fáceis. E, em particular, quando nos dedicamos às obras produzidas no seio *crítica* ou a ela associadas, no qual a tendência é buscar coerência de todas as ordens entre produção e ação política, posto que em sua vertente mais significativa – o marxismo – a unidade entre ambas é obstinadamente perseguida. Cabe indagar, então, se, como a democracia, também a crítica não terá sido entre nós, um lamentável malentendido.⁴¹

Bibliografia, documentação, anexos.

ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o marxismo ocidental*. São Paulo: Boitempo, 2004.

ANDRADE, José Carlos R. O estruturalismo de Raul Prebisch e a dependência na visão de Fernando Henrique Cardoso: uma contribuição à análise comparada. São Paulo: FFLCH-USP, 2005. Tese de doutorado.

ARANTES, Paulo. Um departamento francês no ultramar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

BATISTA Jr., Paulo Nogueira. “Dependência: da teoria à prática”. Estudos Avançados 13 (37), 1999.

BIDERMAN, Ciro; COZAC, Luiz Felipe L.; REGO, José Marcio. *Conversas com economistas brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 1996. (Prefácio de Pedro Malan).

BIELSCHOWSKY, Ricardo. “Cinquenta anos de pensamento na Cepal – uma resenha”. In. (org.) *Cinquenta anos de Cepal*. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2000. (vol. 1).

BRANDÃO, Gildo Marçal. *Linhagens do pensamento político brasileiro*. São Paulo: Hucitec, 2007.

CARDOSO, Fernando Henrique. *As idéias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento*. Petrópolis: Editora Vozes, 1980.

_____; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina. Ensaio de interpretação sociológica*. [1970]. Rio de Janeiro: LTC, 7ª ed., s/d.

³⁸ *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, 26ª ed., p. 157.

³⁹ Ironias da história, a réplica de Rui Mauro Marini não foi publicada no Brasil, muito embora, num número extraordinário da *Revista Mexicana de Sociologia*, em 1978, todos o tenham sido.

⁴⁰ Afrânio Garcia. “A dependência da política: Fernando Henrique Cardoso e a sociologia no Brasil”. In. *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*, n.1, v. 16. São Paulo: junho 2004, p.286.

⁴¹ Alusão à sobejamente conhecida formulação de Sergio Buarque de Holanda.

_____. “Teoria da dependência ou análises concretas de situações de dependência”. In.: *Estudos Cebrap*, n. 1. São Paulo, 1971.

_____. “Reforma e Imaginação”. In: Folha de São Paulo, Caderno Mais!, p.3-6, 10 de julho de 1994.

FALETTI, Enzo. “Los años 60 y el tema de la dependência”. *Estudios Avanzados* 12 (33), 1998.

FIORI, José Luís (org.). “De volta à questão da riqueza de algumas nações”. In. *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. “Os Moedeiros Falsos”. In: Folha de S. Paulo, Caderno Mais!, p.1-6, 03 de julho de 1994.

FONTANA, Joseph. *História. Análise do passado e projeto social*. Bauru: SP: Edusc, 1998.

GARCIA, Afrânio. “A dependência da política: Fernando Henrique Cardoso e a sociologia no Brasil”. In. *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*, n.1, v. 16. São Paulo: junho 2004.

GIANNOTTI, J. A. “Recepções de Marx”. *Novos Estudos Cebrap*, n. 50. São Paulo, março, 1998.

GOLDENSTEIN, Lúcia. *Repensando a Dependência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, 26ª ed.

KALVAN, Fábio Ricardo. *O lugar da Nação: estudo da abordagem da nação no Dual-estruturalismo de Celso Furtado e nos Estudos sobre a dependência de Fernando Henrique Cardoso*. São Paulo, 2000. Dissertação de mestrado. Departamento de Sociologia.

LEONI, Brigitte H. *Fernando Henrique Cardoso: o Brasil do possível*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LOVE, Joseph L. *A construção do terceiro mundo. Teorias do subdesenvolvimento na Romênia e no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. Tradução Patrícia Zimbres.

MACHADO, Luiz Toledo. “A teoria da dependência na América Latina”. *Estudos Avanzados* 13 (35), 1999.

MANTEGA, Guido. *A Economia Política Brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1985.

_____; REGO, José Marcio. *Conversas com economistas brasileiros II*. São Paulo: Editora 34, 1999. (Prefácio de Luiz Gonzaga Belluzzo).

MARINI, Rui Mauro. *Dialética da dependência*. Petrópolis: Vozes, 2000.

MELLO, João Manuel C. de. *O Capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

NOVAIS, F. *Aproximações: ensaios de história e historiografia*. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

NOBRE, M. “A filosofia na USP sob a ditadura militar”. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 53, mar. 1999.

OLIVEIRA, Francisco de. *A navegação venturosa. Ensaio sobre Celso Furtado*. São Paulo: Boitempo, 2003.

QUIJANO, Anibal Quijano, que, em “Redefinición de la dependencia y processo de la marginalización em America Latina. (Santiago, 1970).

PAIVA, Carlos Águedo N. *Capitalismo dependente e (contra) revolução burguesa no Brasil: um estudo sobre a obra de Florestan Fernandes*. Campinas: Unicamp, Instituto de Economia, 1991. Dissertação de mestrado.

SADER, Emir. “Nós que amávamos tanto o Capital”. *Praga. Revista de estudos marxistas*, n. 1, set/dez, 1996.

SCHWARZ, Roberto. “Um seminário de Marx”. *Novos Estudos*, n. 50. São Paulo, março, 1998.

WEFFORT, Francisco C. “Notas sobre a “teoria da dependência”: teoria de classe ou ideologia nacional.” In.: *Estudos Cebrap*, n. 1. São Paulo, 1971.

Revista Mexicana de Sociologia, número extraordinário. México – DF, 1978.

Anexo 1. Listagem das versões e edições de *Dependência e desenvolvimento na América Latina*.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. Dependencia y desarrollo en America Latina: ensayo de interpretación sociológica. Santiago: Instituto de Planificación Económica y Social (ILPES), 1967. 44 p.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. Dependencia y desarrollo en América Latina: ensayo de interpretación sociológica. 2. ed. México: Siglo XXI, 1970. 166 p. (Sociología e Política).

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. Dipendenza e sviluppo in America Latina: saggio di interpretazione sociologica. Milano: Feltrinelli, 1971. 180 p. (I Nuovi Testi, 30).

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. Dependencia y desarrollo en América Latina: ensayo de interpretación sociológica. 7. ed. México: Siglo XXI, 1973. 166 p. (Sociología e Política).

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. Abhängigkeit und Entwicklung in Lateinameika. Frankfurt: Suhrkamp Verlag, 1976. 226 p. (Edition Suhrkamp, 841). Título original: Dependencia y desarrollo em América Latina: ensayo de interpretación sociológica, versão em espanhol de Dependência e desenvolvimento na América Latina. ISBN 3-518-00841-2.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. Dependencia y desarrollo en América Latina: ensayo de interpretación sociológica. 11. ed. México: Siglo XXI, 1976. 166 p. (Sociología e Política).

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. Dependencia y desarrollo en América Latina: ensayo de interpretación sociológica. 13. ed. México: Siglo XXI, 1977. 166 p. (Sociología e Política).

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. Dependencia y desarrollo en América Latina: ensayo de interpretación sociológica. 14. ed. corr. y aum. México: Siglo XXI, 1978. 213 p. (Sociología e Política). ISBN 968-23-0001-0.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. Dépendance et développement en Amérique Latine. Traduit de l’anglais et de l’espagnol par Annie Morvan. Paris: PUF, 1978. 222 p. (Politiques). ISBN 2-13-035674-5.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. Dependency and development in Latin America. Edição expandida e ampliada da versão em espanhol (México: Siglo XXI, 1977). Tradução de Marjory Mtingly Urquidi. Berkeley: University of Califórnia, 1979 227 p. ISBN 0-520-03193-8 (cloth) e 0-520-03527-5 (paper).

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, [198-?]. 143 p. (Biblioteca de Ciências Sociais).

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. Dependencia y desarrollo en América Latina: ensayo de interpretación sociológica. 18. ed. México: Siglo XXI, 1983. 213 p. (Sociología e Política). ISBN 968-23-0001-0.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. Dependencia y desarrollo en América Latina: ensayo de interpretación sociológica. 24. ed. México: Siglo XXI, 1990. 213 p. (Sociología e Política). ISBN 968-23-1638-3.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. Dependenta si dezvoltare în America Latina: încercare de interpretare sociologica. Traducerea de Iulia Baran; Prefata de Jorge Caldeira. Bucuresti: Editura Univers, 2000. 168 p. (Seria Brasiliana). ISBN 973-34-0726-7.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica. 7. ed. [5. reimpressão]. Rio de Janeiro: LTC, [2000]. 144 p. (Biblioteca de Ciências Sociais). ISBN 85-216-1099-8.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. [Dependência e Desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica. (Título em russo)]. Mockba: Instituto de Latinoamérica, 2002. 220 p. ISBN 5-201-05392-0.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. Závislost a rozvoj Latinskej Ameriky. Bratislava: Perfekt, 2002. 129 p. ISBN 80-8046-202-X.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. [Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica. (Título em chinês)]. Beijing: W. A., 2002. 172 p. ISBN 7-5012-1722-X.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. [Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica. (Título em hebraico)]. São Paulo: Maayanot, 2002. 184 p. ISBN 85-85512-81-4.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica. 8. ed. rev. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. 234 p. ISBN 85-200-0668-X.

Anexo 2. Listagem das publicações dos textos que compõem a polêmica referendada.

1. “Teoria da dependência ou análises concretas de situações de dependência?”. Publicações: *Estudos Cebrap*, n. 1. São Paulo, 1971; *Debates Econômicos*, Porto Alegre, (11): 19-34; *O modelo político brasileiro e outros ensaios*, p. 123-139; com o título “Teoria de la dependencia o analisis concreto de situaciones de dependencia”. *Comercio Exterior*, 22 (4), p. 360-365, 1972 ; com o título "Théorie de la dépendance' ou analyses concrètes de situations de dépendance?" *L'Homme et la Société*, (33-34): 111-123, jui.sep./oct.déc, 1974.

2. “A dependência revisitada”. *Revista Latinoamericana de Ciências Sociales*, FLACSO, (4): 3-31, dez. 1972; com o título “Dependency revisited”. Austin: ILAS, Hackett Memorial Lecture, University of Texas, 1973.

3. “As tradições do desenvolvimento-associado”. Apresentado primeiramente na Conferência Internacional sobre “Sociologia del Desarrollo y Desarrollo: Dependência y Estructuras del Poder – Fundação Alemã para o desenvolvimento internacional – Berlim; 1973; com o título “Las contradicciones del desarrollo asociado”. *Cuadernos de la Sociedad Venezolana de Planificación*, jun/ago, 1973; In: Taller de Estudios Políticos, Programa Académico de CCSS, Universidad Católica del Perú, 1973; In: Revista Paraguaya de Sociología, 11 (29) 227-252, jan/abr, 1974; As tradições do desenvolvimento associado. *Estudos Cebrap*, (8): 41-75, abr/jun, 1974; In: *Desarrollo Económico*, Buenos Aires, 14(53): 3-32, abr/jun, 1974; Brasilien: Die widersprüche der assoziierten entwicklung. In: Heinz R. Sonntag (org.). Lateinamerika: Faschismus oder Revolution. Berlin:Rotbuch Verlag, p. 32-62, 1974; com o título “As novas teses equivocadas”. In.: Autoritarismo e democratização, p. 11-62, 1975; 1976; com o título “Current theses on Latin America development and dependency: a critique”, New York University, Occasional Papers 20, May, 1977; e também em Boletim de Estudios Latinoamericanos y del Caribe, (22): 53-64, jun., 1981; com o título “Critica alle tesi sulla dipendenza in America Latina”. *Politica Internazionale*, (10):57-66, ott.; 1993. por fim, “As contradições do desenvolvimento-associado”. In: *A Construção da democracia – Estudos sobre Política*, p. 110-142, 1993.

4. “O modelo brasileiro de desenvolvimento”. Originalmente apresentado em Conferência Internacional promovida por Fundação Alemã para o desenvolvimento internacional, em Bonn. “Das 'Brasilianische entwicklungsmodell': daten und perspektiven. Problemes des Klassenkampfes”, 1973. Publicado com o título “O modelo brasileiro de desenvolvimento” em *Debate & Crítica*, 1(1):18-47, jul/dez; 1974; também em *Modelos de desarrollo en America Latina*. Berlin: Fundación Alemana para el Desarrollo Internacional, 1975; e em *Autoritarismo e democratização*, p. 63-97, 1975.

5. Les États Unis et la théorie de la dépendance. *Revue Tiers Monde*, 17(68):805-825, oct/déc, 1977 ; com o título "The consumption of dependency theory in the United States". *Latin American Research Review*, 12 (3):7-24, 1977; como “El consumo de la teoría sobre dependencia en los Estados Unidos”. *El Trimestre Económico*, 44(173): 33-52, ene/mar; como “O consumo da teoria da dependência nos EUA”. *Ensaio de Opinião*, (4):6-16, 1978; “Los Estados Unidos y la teoría de dependência”. In: *América Latina, cincuenta años de industrialización*. Mexico: Premia Editora, 1980; por fim, “O consumo da teoria da dependência nos Estados Unidos”. In: *As idéias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento*, p. 89-107, 1980.

6. La originalidad de la copia: la CEPAL y la idea de desarrollo. *Revista de la CEPAL*, (4): 7-40, 1977; também em René Villareal (ed.). *Economía internacional: teorías del imperialismo, la dependencia y su evidencia histórica*. México: Fondo de Cultura Económica, 1979. p. 175-215; também em The Rothko Chapel Colloquium (org.) – *Toward a new strategy for development*. New York: Pergamon Press; e enfim, “A originalidade da Cópia: a CEPAL e a idéia de desenvolvimento”. In: *As idéias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento*, p. 17-56, 1980.

7. “Towards another development.” In: Marc Nerfin (ed.). *Another development: approaches and strategies*. Uppsala: Dag Hammarskjold Foundation, p. 21-39, 1977; “Hacia otro desarrollo”. In: Marc Nerfin (ed). *Hacia otro desarrollo: enfoques y estrategias*. México: Siglo XXI, p. 29-48, 1978; e enfim, “Por um outro desenvolvimento”. In: *As idéias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento*, p. 109-128, 1980.

8. “Las desventuras de la dialéctica de la dependência”. In. *Revista Mexicana de Sociología*, 40 (40): 9-55, 1978; como “As desventuras da dialéctica da dependência”. *Estudos Cebrap*, 23: 33-80, 1979; como “Les mésaventures de la dialectique de la dépendence”. *Amérique Latine*, CETRAL, 1: 25-44, jan/mar, 1980.

9. “El desarrollo en el banquillo”. Caderno do ILET, México, DEE/Dí24/e, ago, 1979; “Development under fire”. Buenos Aires, Centro de Economía Transnacional, Instituto para América Latina, 1979; “O Desenvolvimento na berlinda”. In: *As idéias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento*, p. 129-163, 1980; *El desarrollo en capilla*. Estudios Sociales Centroamericanos, 9(26): 195-228, mayo/ago, 1980; *Die entwicklung auf der anklagebank. Peripherie*, 5/6: 6-31, sommer, 1981; como “Contributo alla critica del concetto di sviluppo. Laboratorio di Scienze dell'Uomo, I (1): 25-42, mar. (parte prima) e (2): 123-136, jun. (parte seconda), 1981; como “Development under fire. In: Harry Makler, Aldo Martinelli & Neil J. Smelser (eds.). *The new international economy*. London & Beverly Hills: Sage Studies in International Sociology, (26): 141-165, 1982; como “El desarrollo en capilla”. In: José Molero (sel.). *El análisis estructural en economía: ensayos de América Latina y España*. México: El Trimestre Económico (Lecturas, 40), p. 25-62, 1982; e por fim também em *Planificación social en América Latina y el Caribe*. Santiago: UNICEF/ILPES, p.25-55, 1982.